



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 8 DE JULHO DE 2015.

Nº. 14/2015

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Presidente conhecimento da resposta dada à CIMBAL, pelas Infraestruturas de Portugal sobre a retoma das obras no IP2 e no IP8, que a seguir se transcreve na parte correspondente ao troço do IP2 no concelho de Castro Verde:

“3.2. -IP2 Beja/Castro Verde (A2/IP1)

Os trabalhos a realizar consistem na execução dos trabalhos preconizados no projeto de execução, com exceção:

- a) Variante de Beja.
- b) Desnivelamento do Nó de Entradas; (Serão no entanto efetuadas as requalificações do pavimento da estrada atual, onde necessário, da sinalização, dos equipamentos de segurança e construído o CTR correspondente.”

O Sr. Presidente informou que está a diligenciar junto daquele organismo uma clarificação da matéria.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos

restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento dos projetos de lei que apresentou e que visam a criação das Juntas de Freguesia de Castro Verde e de Casével e alterar o Código do IMI, reduzindo o esforço tributário das famílias, e do projeto de Resolução que “Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.
- Manifesto aprovado na Conferência Sindical do STAL sobre “Os direitos dos trabalhadores no Poder Local de Abril - Autonomia do Poder Local, Democracia e Desenvolvimento.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2015, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2014	1.024.436,78 €
Receitas cobradas	4.849.574,75 €
Soma	5.874.011,53 €
Despesas realizadas	5.221.198,86 €
Saldo em 30.6.2015	652.812,67 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2014	221.781,91 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	421.774,27 €
Soma	643.556,18 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	366.596,75 €
Saldo em 30.6.2015	276.959,43 €

- Disponibilidades:

Caixa	4.065,48 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	923.206,62 €
Total das disponibilidades em 30.6.2015	929.772,10 €
Documentos	27.553,92 €
Total de movimentos de tesouraria em 30.6.2015	957.326,02 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Junho de 2015: 460.202,61 €.

2. - Balancete mensal acumulado (Razão):

Tomou a Câmara igual conhecimento do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Junho, o qual se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho favorável que proferiu na emissão de parecer prévio para a celebração do contrato de aquisição de serviços de manobrador de máquinas, por ajuste direto, com António Raúl Graça Paulino, pelo preço base de 850,00 € mês, por um período de 6 meses, com base na informação nº. 511 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, cujo conteúdo é o seguinte:

“Considerando o disposto no art.º 75º/12, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2015, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações ou renovações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 20/2015, de 4 de Fevereiro, que estabelece quais os elementos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Considerando que a mencionada portaria é aplicável à Administração Local Autónoma, pf. do seu artº 2, que manda aplicá-la aos Serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, onde estão incluídas as autarquias locais.

Assim face ao exposto, solicito a V.Ex.ª, e ao abrigo do disposto no art.º 75º/5, da LOE, parecer prévio favorável da aquisição de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 73º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira ratificar o despacho favorável, proferido pelo Presidente, na emissão de parecer prévio favorável para a celebração do referido contrato de prestação de serviços.

Submeteu o Sr. Presidente em seguida a apreciação da Câmara o pedido de emissão de pareceres prévios para a celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços, formulado pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, através da sua informação nº. 510, nos termos da legislação acima referida:

- de manutenção e assistência técnica, tipo simples, do elevador instalado no edifício das Piscinas Municipais, em Castro Verde, por ajuste direto (regime geral) pelo preço base de 320,00 €/trimestre, por um período de 1 ano, podendo ser renovado até ao limite de 3 anos.

- de circuitos especiais de transporte de alunos que frequentam o ensino escolar no concelho de Castro Verde, no ano letivo de 2015/2016, através de concurso público.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 73º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, no primeiro pedido, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, e no segundo, por unanimidade, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços.

4. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações, a Sara Raquel Marinho Lopes, em representação do Grupo GPS - Gerar, Percorrer e Socializar, com sede na Quinta da Horta da Nora, nas imediações de Castro Verde, para realização de um arraial na Praça da República, em Castro Verde, entre as 20 horas do dia 4 e a 1 hora do dia 5 de Julho corrente.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a emissão da concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

1. - Obras particulares/Outros:

- **Deliberação final sobre processos de obras:**

Foram presentes os projetos das especialidades, para efeitos de deliberação final, sobre os seguintes processos de obras:

- de Vasco Fernando Canas Miranda, para construção de um abrigo agrícola, na Herdade das Cabeceiras e outro no Monte de Vale Gonçalo (proc.º. nºs .22 e 23/14)
- de Ana Maria Coelho Afilhado, para construção de habitação unifamiliar de rés-do-chão e 1º. andar, na Rua Salgueiro Maia, lote 35, em Castro Verde (proc.º. nº. 5/2015).
- da empresa Sexta à Tarde Ld.ª. para reconstrução de edifício destinado a estabelecimento hoteleiro e de turismo, no Largo do Alecrim, no Monte do Guerreiro (proc.º nº.35/2011).

A Câmara, em face dos pareceres proferidos pelo Gabinete de Gestão Urbanística sobre os mesmos projetos, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprová-los para os efeitos acima referidos.

2. - Informação prévia sobre construção de habitação:

Apreciou a Câmara o pedido de informação prévia, requerido por João Miguel Mendes de Sousa e outra, sobre a construção de uma habitação na Travessa da Alegria nº.2, no Monte do Guerreiro, da freguesia de São Marcos da Ataboeira, conforme estudo prévio apresentado.

A Câmara, em face do parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, pronunciar-se favoravelmente sobre a construção

pretendida tendo em conta que a solução proposta é adequada e equilibrada aos condicionalismos existentes, satisfazendo as necessidades do requerente e as exigências regulamentares do PDM.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Acordo de colaboração com a Fundação Joaquim António Franco e seus Pais:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta do acordo de colaboração a celebrar com a Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, de Casével:

Considerando que:

É atribuição dos Municípios a área da Ação Social, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, através de programas ou projetos de âmbito municipal ou regional, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social, conforme o disposto no artº 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Na sequência da inventariação, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, das carências concelhias e dos investimentos realizados nesta área (Lar Jacinto Faleiro, em Castro Verde, Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, em Casével, Associação Seara de Abril em Sta. Bárbara de Padrões e Lar Frei Manoel das Entradas, em Entradas), o Concelho de Castro Verde apresenta uma cobertura razoável do seu território a nível da valência de internamento de idosos;

Se assistiu a uma quase total desresponsabilização da Administração Central no âmbito das atribuições sociais do Estado e não se vislumbra, num horizonte próximo, a existência de qualquer parceria com vista ao financiamento das atividades e despesas com os idosos que a instituição venha a ter;

O baixo rendimento das famílias e as reformas baixas do universo de potenciais utentes do Lar de Idosos, obrigariam a uma intervenção pública na dignificação das condições de vida dos mais idosos, para a qual estes equipamentos e a sua oferta são o que de melhor se pode proporcionar num final de vida;

Os poucos recursos financeiros e patrimoniais das instituições e a necessidade de garantir a sua sustentabilidade mínima implicam uma definição muito rigorosa dos preços praticados que, apesar de justos, podem não ser acessíveis à maioria dos potenciais utentes dos equipamentos de 3ª Idade

Apenas o Município de Castro Verde, em colaboração com as associações e IPSS's do concelho, pode ser, de forma imediata, a entidade que de alguma maneira, e embora com muito esforço, possa desenvolver um trabalho de apoio efetivo aos idosos;

É ética, cívica e moralmente obrigatório que os Municípios defendam os grupos mais fragilizados da nossa sociedade e, dentro das suas competências e atribuições, defendam e cultivem a universalidade do direito a uma velhice com dignidade e conforto;

Assim, face ao exposto, e entre:

A Câmara Municipal de Castro Verde, adiante designada de CMCV, com sede na Praça do Município, Pessoa Coletiva nº 501 135 960, representada pelo seu Vice-Presidente, **António João Fernandes Colaço**; e

A Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, Pessoa Coletiva nº 500 847 320, com sede em Casével, aqui representada pelo Presidente da Direção, **António José Sobral Banza**;

estabelece-se o presente Acordo que se regula pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

O presente acordo de colaboração visa definir as condições em que a CMCV apoiará até 50% das camas disponíveis no Lar, 23 (vinte e três) camas de internamento social, para idosos naturais e/ou residentes no Concelho há mais de três anos, por parte do Lar, bem como as obrigações das partes decorrentes desta cooperação.

Cláusula Segunda

Por cama de internamento social entende-se, consensualmente, aquela cujo funcionamento obedece às regras definidas pela Segurança Social.

Cláusula Terceira

A CMCV apoiará pelo valor de 355,00€ por mês e por cama, enquanto a Segurança Social não assinar um protocolo de apoio a esta entidade.

Cláusula quarta

O presente acordo de colaboração entra em vigor depois de assinado pelas partes e tem a duração de um ano, sendo renovado sucessivamente e de modo automático, pelo período estritamente necessário, enquanto a Segurança Social não vier a compartilhar os utentes que reúnam as condições para o serem.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente celebrar com a Fundação Joaquim António Franco e seus Pais o protocolo de colaboração, nos termos proposto pelo Sr. Presidente.

Não participou na votação o Sr. Presidente da Câmara em virtude de fazer parte dos Órgãos Sociais da referida Instituição de Solidariedade Social.

2. - Parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Câmara Municipal de Castro Verde tem apostado, nos últimos anos, na criação de uma rede de equipamentos desportivos e na definição de uma política de apoios que tem potenciado uma dinâmica territorial de qualidade com benefícios para a comunidade local, catalisando a ação de um conjunto de parceiros, com destaque para as associações desportivas locais. Esta **lógica de cooperação** tem-se alargado às associações regionais e às federações nacionais permitindo uma atividade significativa que contribui, simultaneamente, para uma **lógica de afirmação de uma identidade local** associada ao desporto e à atividade física.

A principal linha de orientação subjacente à criação de equipamentos desportivos no Parque Desportivo de Castro Verde tem sido a de dar resposta às necessidades das práticas desportivas promovidas pelas associações locais pautando, neste campo, **pela lógica da integração do desporto da comunidade local**, para a qual é fundamental a existência de apoios contratualizados que a autarquia tem atualmente em vigor.

Nos últimos investimentos realizados em infraestruturas desportivas há a destacar a construção do Campo de Jogos de Areia (projeto aprovado em overbooking no QREN - INAlentejo, que surgiu com o objetivo de constituir um espaço de animação das Piscinas Municipais de Castro Verde durante a época balnear, mas também numa **lógica de diversificação da atividade desportiva**, aproveitando o facto da Escola Secundária de Castro Verde ser um Centro de Gira Vólei apoiado pela Federação Portuguesa de Voleibol e da Associação de Voleibol do Alentejo, agora também do Algarve, também se encontrar sediada em Castro Verde.

Dada a quase inexistência deste tipo de equipamentos no país, uma vez que muitos são meramente pontuais, ou sazonais, foi tida em linha de conta a oportunidade que o mesmo constitui para a realização de iniciativas de âmbito nacional, pelo que foi muito importante a participação da Federação Portuguesa de Vólei e da Federação Portuguesa de Futebol no apoio à definição técnica do projeto. Este enquadramento do Campo de Jogos de Areia remete-nos para a **lógica da prática desportiva que contribui para a atividade económica**.

Desde que se encontra operacional, o Campo de Jogos de Areia tem sido palco de um conjunto de iniciativas regionais, mas também de âmbito nacional, que implicaram que os participantes tivessem que utilizar os serviços locais, com destaque para o fornecimento de refeições e alojamento, onde importa destacar:

- Final do Circuito de Voleibol "Summer Volley Alive 2014 | 30 de Agosto de 2014.
- Estágio da Seleção Nacional e Campo de Férias Gira-Praia | 30 de Março e 2 de Abril de 2015.
- Encontro Regional do Alentejo e Algarve de Gira-Vólei | 29 de Abril de 2015.
- Etapa do Circuito Nacional de Gira-Praia | 20 e 21 de Junho de 2015.

Neste momento, numa fase de afirmação do Campo de Jogos de Areia, parece-nos muito importante que a autarquia invista num conjunto de iniciativas que contribuam para a sua afirmação e que, simultaneamente, numa **lógica do desporto como promoção de Castro Verde**, permitam retorno económico para a comunidade.

Atendendo a dinâmicas desenvolvidas no passado noutras modalidades e que hoje dão os seus frutos na captação de iniciativas exteriores, com destaque para o futebol e o hóquei em patins, parece-nos que a melhor forma de promoção será, efetivamente, a realização de iniciativas em parceria com a Federação Portuguesa de Voleibol, potenciando a divulgação do equipamento junto de atletas, equipas e até outras federações estrangeiras da modalidade.

Assim, propõe-se a atribuição de um apoio de 10.000 € à Federação Portuguesa de Voleibol, com o objetivo de dinamizar, em articulação com a Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve, um conjunto de iniciativas / provas desportivas no campo dos diferentes projetos de Voleibol.

Neste âmbito, a primeira iniciativa a dinamizar será a realização da *II Etapa do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia*, acontecer no Campo de Jogos de Areia - Piscinas Municipais, nos dias 18 e 19 de Julho, reunindo as melhores duplas nacionais que se classificam para este circuito final, sendo uma iniciativa que tem para a Federação Portuguesa de Voleibol um orçamento global de 33.000 €, na medida em que se trata de uma prova com transmissão televisiva em direto das finais e a montagem de infraestruturas necessárias, com destaque para uma bancada com capacidade de 300 lugares.

A Câmara Municipal de Castro Verde está autorizada a poder recorrer a patrocinadores para apoio à atividade de Voleibol no Campo de Jogos de Areia de Castro Verde desde que os mesmos não sejam concorrentes diretos com os patrocinadores oficiais da Federação Portuguesa de Voleibol ou não contrariem os princípios associados à ética desportiva. Importa informar que foi apresentada proposta à Somincor para ser o Sponser Oficial deste projeto (da qual se aguarda resposta) e estabelecidos contatos com a Direção Regional do Instituto Português da Juventude.

Todas as questões técnicas serão asseguradas pela Federação Portuguesa de Voleibol e pela Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve.

Apreciado o assunto, onde o Sr. Vereador Paulo desenvolveu a proposta apresentada, foi a mesma submetida a votação tendo a Câmara deliberado, por unanimidade estabelecer a parceria em causa com a Federação Portuguesa de Voleibol nos termos acima descritos, autorizando o pagamento do apoio financeiro a atribuir.

3. - Contratação de serviços de transportes escolares - ano letivo 2015 - 2016:

Com base na informação nº.505, do Gabinete de Educação e Ação Social, que a seguir se transcreve, submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho favorável que proferiu no sentido de proceder à abertura de concurso público para a contratação pública de serviços de transportes escolares, no ano letivo 2015-2016, nos termos propostos na mesma informação, e que a seguir se transcreve:

“Em conformidade com o exposto na portaria nº 766/84 de 27 de Setembro, que estabelece as regras a que deverão obedecer os concursos para adjudicação de Circuitos de Transporte Escolar, proponho que, tendo por base as necessidades elencadas pelo encarregado dos transportes escolares e em consonância com informações referentes às matriculas/aprovações e reprovações dos alunos do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, se tomem as diligências necessárias para adjudicar a concurso público os transportes escolares, respeitantes ao circuito urbano para a vila de Castro Verde, assim como ao circuito extra urbano, necessário no concelho de Castro Verde, para as localidades onde as viaturas municipais de apoio à escola não conseguem dar resposta.

Com esta contratação pretende-se aferir o valor da viagem/dia, face a cada um dos circuitos delimitados, sendo que as necessidades de transporte escolar aqui elencadas são uma mera previsão, suscetível de virem a poder sofrer alterações, no decorrer do ano letivo.

Face ao exposto, é necessário colocar a concurso, os seguintes lotes:

Circuito Urbano:

Lote 1

1 transporte escolar para realizar o percurso entre as paragens delimitadas e as escolas da vila, em 3 voltas/dia (cf. Anexo 1), em que:

Até 50 alunos poderão utilizar o transporte;

Utilização do serviço: Alunos do ensino pré – escolar, 1º, 2º, 3º CEB e Ensino Secundário;

Anexos: Mapa com os horários e as respetivas paragens (anexo 1);

Planta da vila assinalando o circuito e as paragens a percorrer – (anexo 1 -A)

Circuito Extra Urbano:

Lote 2

1 Transporte Escolar para realizar o percurso entre: Aviados, Casével e Almeirim, para os Centros Escolares de Castro Verde e regresso de Castro Verde para o local de residência dos respetivos alunos, (cf. Anexo 2 e 2A), em que: 6 alunos são de Casével (3 de J.I. e 3 de EB1); 1 aluno de EB1 é dos Aivados; 2 alunos são de Almeirim (1 de J.I. e 1 de EB1).

Lote 3

1 Transporte Escolar para realizar o percurso entre: Viseus, Figueirinha e Herdade do Touril para a escola de Sta. Bárbara de Padrões e regresso de Sta. Bárbara de Padrões para o local de residência dos alunos (cf. Anexo 3 e 3 A), em que: 4 alunos dos Viseus vão para Sta. Bárbara (3 para J.I. e 1 para EB1); 2 alunos da Figueirinha vão para a EB1 de Sta. Bárbara; 1 aluno da Herdade do Touril vai para a EB1 de Sta. Bárbara.

Na situação de desistência/acrécimo de alunos, ou alteração do local de residência, ou outras situações que eventualmente possam surgir, a necessidade de adequação do transporte deverá ser equacionada.

Situações comuns aos dois circuitos:

Data prevista para a prestação de serviços: Conforme estipulado no calendário escolar para o ano letivo 2015/2016: em meados de Setembro e até ao final das atividades letivas (consoante o grau de ensino). Este serviço será suspenso nos períodos da interrupção letiva do (Natal, Carnaval e Páscoa) do Ensino Básico e Secundário e poderá vir a ser suspenso, também no pré - escolar depois de aferida a real necessidade deste transporte para estes alunos.

Observações:

Para o transporte entre S. Marcos da Ataboeira – Castro Verde e regresso de Castro Verde para o local de residência dos respetivos alunos, solicita-se a renovação do contrato de prestação de serviços de circuitos especiais de transporte de alunos, existente, por mais um ano letivo, conforme previsto na referida contratação, realizada com a Rodoviária do Alentejo, S.A.;

Para a análise do referido documento dever-se-á constituir o seguinte júri:

Presidente: Alberto Horta

1º Vogal: Isabel Caetano de Freitas

2º Vogal: António José Vaz

1º Vogal Suplente: Lúcia Parrança

2º Vogal Suplente: Nazaré Batista

Horário do Circuito dos Transportes Escolares - 2015/2016

Anexo 1

Paragem	1ª Volta (Manhã)	2ª Volta (Manhã)	Paragem	Volta (Tarde)
1	7H45	8H25	23	17H30
2	7H46	8H27	22	17H31
3	7H47	8H28	21	17H32
4	7H48	8H30	18	17H34
5	7H49	8H31	1	17H36
6	7H50	8H32	2	17H38

7	7H51	8H33	3	17H40
8	7H54	8H34	4	17H41
9	7H55	8H37	5	17H42
10	7H57	8H38	6	17H43
11	7H58	8H39	7	17H45
12	8H00	8H40	8	17H46
13	8H02	8H41	9	17H48
14	8H03	8H42	10	17H51
15	8H04	8H43	11	17H52
16	8H06	8H45	12	17H54
17	8H08	8H47	13	17H55
18	8H10	8H49	14	17H56
19	8H12	8H51	15	17H58
20	8H14	8H53	16	18H00
21	8H16	8H55	17	18H02
22	8H18	8H57	20	18H04
23	8H20	9H00	1	18H05

Legenda:

- 01 – Centro Coordenador de Transportes;
- 02 – Rua D. Afonso Henriques;
- 03 – Largo Vítor Prazeres;
- 04 – Rua António Francisco Colaço;
- 05 – Rua dos Ciprestes;
- 06 – Rua de Almodôvar (junto ao café varanda);
- 07 – Rua de Almodôvar (junto à GNR);
- 08 – Rua de Aljustrel (Inicio da Rua);
- 09 – Rua de Aljustrel (Fim da Rua);
- 10 – Rua da Esteva;
- 11 – Rua dos Malmequeres;
- 12 – Rua da Reforma Agrária;
- 13 – Avenida de Lisboa;
- 14 – Rua da Urze;
- 15 – Rua da Navarra;
- 16 – Avenida General Humberto Delgado;
- 17 – Avenida António Sérgio;
- 18 – Escola Secundária;
- 19 – Escola EB2,3 Dr. António Francisco Colaço;
- 20 – Av. Zeca Afonso;
- 21 – Jardim de Infância;
- 22 – EB1 (Centro Escolar 1);
- 23 – EB1 (Centro Escolar 2).

**Horário do Circuito dos Transportes Escolares -
2015/2016**

Anexo 2

N.º de Alunos	Local	Hora do transporte de manhã	Hora do transporte à tarde
--	Castro Verde		
1	Aivados	8h30m	18h00m
6	Casével	8h35m	17h55m
2	Almeirim	8h45m	17h45m
Total - 9	Castro Verde	9h00m	17h30m

Nome	Local	Escola	Ano	Idade
Duarte Énes Santos	Casével	EB1-CE1 Castro Verde	2º ano	29-12-08
Diogo Énes Santos	Casével	EB1-CE1 Castro Verde	4.º ano	26-07-05
Marta do Rosário Guerreiro	Casével	J.I.CE2 Castro Verde		5 anos
Leticia Santos Olímpio Hanganu	Casével	EB1-.CE2 Castro Verde		7 anos
Luciana Santos Olímpio Hanganu	Casével	J.I. CE2 Castro Verde		4 anos
João Miguel Nascimento Gaspar	Casével	J.I.CE2 Castro Verde		4 anos
Soraia Matos	Aivados	EB1 - CE1 Castro Verde	4.º ano	12-07-06
Luís Filipe Gomes	Almeirim	EB1 - CE1 Castro Verde	2º ano	7 anos
Sofia Alexandra Fernandes Bastos	Almeirim	J.I. CE1Castro Verde		4 anos

Nota: Este circuito realiza-se de manhã, do local de residência dos alunos, para as escolas de Castro Verde e à tarde em sentido contrário.

**Horário do Circuito dos Transportes Escolares -
2015/2016**

Concelho de Castro Verde

Anexo 3

N.º de Alunos	Local	Hora do transporte de manhã	Hora do transporte à tarde
--	Castro Verde		
4	Viseus	8h45m	18h05m
2	Figueirinha	8h55m	17h55m
1	Herdade do Touril	9h10m	17h40m
Total - 7	Stª Bárbara	9h15m	17h35m

Nome	Local	Escola	Ano	Idade
Rafael Gonçalves Eugénio	Viseus	J.I. Stª Barbara	J.I.	3 anos
Lara Marques	Viseus	J.I. Stª Barbara	J.I.	23-06-08
Maria Inês Colaço	Viseus	J.I. Stª Barbara	J.I.	18-05-10
Carlos Miguel Eugénio Pereira	Viseus	J.I. Stª Barbara	J.I.	4 anos
João Pedro Conceição	Figueirinha	EB1 Stª Barbara	3º ano	19-07-07
Tiago Faustino	Figueirinha	EB1 Stª Barbara	2º ano	17-05-08
Carolina do Carmo Tátá Guerreiro	Herdade do Touril	EB1 Stª Barbara	3º ano	

Nota: Este circuito realiza-se de manhã, do local de residência dos alunos, para a escola de Sta. Bárbara de Padrões e à tarde em sentido contrário.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente que determinou a abertura do concurso público para a contratação dos serviços de transportes escolares nos termos acima transcritos.

3. - Cartão social - Programa de Atividades de Tempos Livres:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho favorável que proferiu determinando o alargamento às crianças integradas em famílias que beneficiem do cartão social, o pagamento da taxa de inscrição do Programa ATL Verão 2015, com base na informação n.º 503 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, que a seguir se transcreve:

“Tendo como referencia a Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que atribui às Autarquias competências específicas, para intervir em matéria de Ação Social junto de famílias em situação de vulnerabilidade social, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, aprovou o Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social inserto no Edital n.º 17/2004 bem com as alterações da proposta do Supracitado como consta no Edital n.º 7/2009, no que se refere aos artigos 4º e 7º do quadro das Medidas Municipais para Combate à Crise, medidas estas prorrogadas em Reunião Ordinária de Câmara realizada no dia 21 de Janeiro de 2015.

Assim, conforme a alínea b) do artigo 5º do mencionado regulamento e tendo em conta que o município apoia os utentes do cartão social de acordo com o escalão atribuído ao agregado familiar no fornecimento de bens e serviços e considerando que a Câmara Municipal desenvolve programas de atividades de tempos livres para crianças, proponho que seja atribuído o desconto às crianças integradas em famílias que beneficiem do Cartão Social.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente que determinou de alargar as regalias às crianças integradas em famílias que beneficiem do cartão social.

2.- Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação n.º.516 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Gertrudes da Conceição Arrais Henrique, residente em Castro Verde; Helena Maria Rodrigues Enes dos Santos, residente em Casével; e a Maria Assunção Mestre, residente no Monte da Sete, todos no escalão A.

- Renovar os cartões sociais de: José Guerreiro Luís, José Gonçalves Guerreiro e Cecília Santiago da Conceição, residentes no Monte de Almeirim; Francisco Graça Varela, residente em Santa Bárbara de Padrões; e Antónia Guerreiro Santos, residente em Castro Verde, todos no escalão A; e de Mariete Silvestre Freire Brás Pinto, residente em Castro Verde, no escalão B.

Não participou na votação da renovação do cartão social de Francisco Graça Varela, o Sr. Vereador António João Colaço, por ser seu familiar.

PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.